

Lina Coelho

Centro de Estudos Sociais

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Mulheres, família e mercado de trabalho: Que desafios à regulação das economias pós-industriais?

Resumo: O texto começa por caracterizar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho e na família e as consequências profundas que daí decorrem para a viabilidade futura do sistema económico e para a coesão social. Procuramos, de seguida, sintetizar a abordagem que as ciências sociais têm vindo a fazer a esta problemática, seguindo de perto alguns autores cujo pensamento é marcado por preocupações de natureza sistémica que, inevitavelmente, quebram as fronteiras tradicionalmente assumidas pelas diferentes disciplinas sociais.

Concluimos com uma breve reflexão sobre a natureza das dificuldades que as sociedades desenvolvidas enfrentam no seu percurso de aproximação a um novo contrato social, definidor de novas plataformas de equilíbrio entre eficiência económica e equidade social.

Introdução

As normas e as instituições em que assentou o funcionamento das sociedades desenvolvidas no pós-guerra estão profundamente alteradas. Os célebres “30 Anos Gloriosos” e o modo de regulação fordista que lhes andou associado ficaram para trás na História. Esta é uma situação particularmente difícil porque aquele foi um período de grande prosperidade económica e de redução das desigualdades sociais que cedeu lugar a tempos de profunda incerteza sobre as condições a estabelecer no futuro por forma a que não haja retrocessos significativos nem rupturas sociais e políticas demasiado penosas.

As sociedades desenvolvidas vivem, pois, uma crise de regulação que as confronta com a necessidade de redefinir o contrato social em vigor.

No cerne desta crise está a conjugação de um novo mercado de trabalho – marcado pelo aumento da precaridade e das desigualdades remuneratórias e pela redução dos direitos sociais dos trabalhadores – com a transformação da família, ela também afectada por plasticidade e instabilidade crescentes e, portanto, incapaz de compensar os riscos sociais

acrescidos que resultam do mercado de trabalho. O papel regulador do Estado tornou-se, por sua vez, desajustado porque está concebido para responder a um padrão de riscos sociais já ultrapassado.

Os novos papéis económicos das mulheres, prestadoras de trabalho remunerado e não remunerado, são, neste contexto, uma peça chave para a compreensão dos problemas e para a procura de soluções.

É neste quadro de fundo que se inscreve a necessidade de encontrar um modelo de regulação adequado à conciliação entre o crescimento económico desejável e a coesão social essencial à sua viabilização. Esta é uma questão complexa que vamos procurar aqui equacionar, enfatizando os aspectos relacionados com as mulheres, a família e o trabalho de cuidado às pessoas.

1. Globalização, novas tecnologias de produção e mercado de trabalho

As transformações produzidas nas últimas décadas pela competição produtiva numa escala globalizada e pelas alterações tecnológicas dos processos produtivos conduziram à necessidade de mercados de trabalho mais flexíveis e adaptáveis. Esta necessidade tem-se vindo a traduzir, na prática, numa proliferação de formas de prestação de trabalho ‘não convencionais’ como o trabalho em *part-time* ou o trabalho temporário, isto é, em formas de emprego, em geral, precárias e mal remuneradas. A par com estas situações tem-se vindo a consolidar um segmento do mercado de trabalho constituído por profissionais altamente qualificados e bem remunerados que desempenham tarefas complexas e operam em equipa. Em qualquer dos casos, o emprego a tempo inteiro e para a vida parece ser, definitivamente, coisa do passado.

Do ponto de vista sectorial, nos países desenvolvidos tem-se assistido a um grande crescimento do emprego no sector dos serviços em detrimento do emprego industrial fordista da fase anterior, com a agricultura a representar uma parcela perfeitamente residual do emprego.

Este processo de profundas transformações no mercado de trabalho foi concomitante com um grande aumento das taxas de participação feminina, em grande medida no sector dos serviços e em modalidades de prestação de trabalho a tempo parcial e com remunerações e direitos sociais relativamente reduzidos.

Do lado da procura, este movimento reflecte a aspiração feminina a maior independência económica e, portanto, maior emancipação social e corresponde ao desembocar natural do aumento dos níveis de educação das mulheres e à redução do número médio de filhos; do lado da oferta, o correspondente aumento da população activa constituiu uma oportunidade para baixar os custos do trabalho, tirando partido de um contingente de trabalhadores com níveis crescentes de escolarização e pouco exigentes em termos remuneratórios.

A evolução em curso corresponde a uma nova organização da produção à escala global que tem vindo a ser designada como ‘nova economia’, ‘economia do conhecimento’ ou ‘economia pós-industrial’ e está a produzir mudanças profundas nas formas de organização social. Desde logo, acentua-se a dualidade no mercado de trabalho e, com ela, as desigualdades de rendimento e oportunidades de vida, mas porventura mais significativa ainda é a ameaça à sobrevivência da família dita “tradicional” por força das redefinições no mundo do trabalho. É, então, a célula básica das nossas sociedades, que sempre encarámos como o *locus* fundamental da coesão social, que está a ser posta em causa.

As pressões competitivas no sentido da redução dos custos de produção e do aumento da produtividade do trabalho alimentam a defesa da desregulamentação dos mercados, o que, sendo tendência geral, é, na prática, particularmente verdadeiro no caso dos EUA. Fazendo o diagnóstico desta realidade, Carnoy (1999: 417) afirma que “the ideal worker is one who never sleeps, never consumes, never has children, and never spends time socializing outside the workplace” e Appelbaum (2001: 14) confirma: “An ideal worker is a worker who behaves in the workplace *as if* he or she has a wife at home full-time, performing all of the unpaid care work that families require. (...) Indeed, workers can be – and frequently are – fired if their care responsibilities interfere with their jobs”.

E a esta pressão ninguém escapa. No caso dos trabalhadores pouco qualificados e, portanto, sujeitos a formas precárias de emprego e a empregos mal remunerados, a pressão exerce-se no sentido de os levar a procurar vários empregos de modo a conseguirem um rendimento aceitável; já no caso dos profissionais altamente qualificados a hiper-dedicação ao trabalho é condição de participação em carreiras promissoras e bem pagas, pois, dada a concorrencialidade reinante, alguém os substituirá no caso de não se conformarem com as regras em vigor.

As ameaças à família, à estabilidade e coesão sociais e à viabilidade da própria economia do conhecimento resultam óbvias. Por um lado, as famílias dos estratos sociais mais desfavorecidos (que, nos EUA correspondem em grande medida às minorias negra e latina) vivem situações de enorme desestruturação familiar e, sendo aquelas que apresentam maiores níveis de fecundidade, não conseguem assegurar às crianças condições de vida capazes de lhes proporcionarem um futuro promissor (ou sequer digno) na economia do conhecimento. Por outro lado, as famílias com maiores níveis de qualificação e melhores rendimentos manifestam menor disponibilidade para terem filhos porque é cada vez mais penalizante em termos económicos dedicar tempo (e afecto) à criação dos filhos. É, assim, o próprio capital humano necessário à viabilidade da economia do conhecimento que está sob ameaça.

2. O estatuto económico e social das mulheres e as novas formas de família

Obviamente que este quadro resulta agravado por força da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, a qual corresponde, não só à afirmação dos seus direitos de cidadania económica, mas também à resposta possível à instabilidade da instituição familiar. A ‘velha’ família em que o pai/marido exercia a sua actividade remunerada no exterior para prover ao sustento da família (*breadwinner*) enquanto a mulher e as crianças se adaptavam ao seu projecto profissional, assegurando a mulher as tarefas domésticas (*housekeeper*), cedeu lugar a dois projectos individuais de carreira, com os inerentes riscos de não compatibilidade e a incontornável dificuldade de investimento temporal e afectivo nas crianças e outros dependentes da família.

O modelo de família sobre o qual assentou o crescimento no pós-guerra, e à luz do qual foi desenhado o Estado-Providência, foi o da chamada ‘família tradicional’: pai, mãe e filhos, sendo que cabia ao pai prover ao sustento da família através do salário (o qual, por sua vez, se formava tendo em conta, também, esta sua função ‘familiar’), enquanto à mãe cabia assegurar o trabalho doméstico e as tarefas ligadas à reprodução, incluindo o cuidado aos familiares dependentes (não apenas as crianças mas também os idosos e os familiares eventualmente afectados por alguma incapacidade).

Mas a entrada progressiva e sustentada das mulheres no mercado de trabalho – que tem constituído a principal fonte do crescimento da população activa – veio contribuir para alterar profundamente a família, tornando-a mais instável e diversificada. Assim,

- na maioria dos países da OCDE as famílias são hoje compostas por pai e mãe com actividade remunerada.

Esta fórmula, que permitiu o aumento da independência económica das mulheres, tem sido também alimentada pelo aumento sustentado das taxas de divórcio, que conduz as mulheres a encontrarem no trabalho remunerado protecção contra a maior probabilidade de ruptura do casamento e conseqüente risco de perda acentuada de nível de vida.

Acresce que as famílias com dois adultos são crescentemente famílias recompostas, após uma ou várias situações de divórcio isto é, a estabilidade da família está profundamente alterada, uma vez que o casamento se torna cada vez mais um contrato temporário.

- aumento do número de famílias com um só adulto provedor de sustento (famílias monoparentais).

Por força do aumento do número de rupturas conjugais, há hoje em todas as sociedades desenvolvidas um grande número de famílias em que um só adulto (em geral, a mãe) se ocupa da responsabilidade quotidiana com as crianças e, muitas vezes, do seu sustento. Nestas situações, o adulto em causa vê fortemente limitadas as suas possibilidades de carreira – no tempo dos empregos hiper-absorventes – uma vez que se confronta com a necessidade de dedicar tempo quotidiano a cuidar dos filhos. As probabilidades de ver grandemente lesados os seus rendimentos familiares e pessoais por comparação com as situações alternativas (família com dois adultos ou situação sem filhos) são, pois, muito elevadas.

- aumento do número de pessoas que vivem sózinhas.
- surgimento de novos tipos de família (dois adultos do mesmo sexo com ou sem crianças a seu cargo).

Não sendo esta uma fórmula de família quantitativamente muito significativa, ela tende a conquistar, ainda que a custo, um reconhecimento social que não deixa de concorrer para a redefinição em curso da noção de família.

3. O dilema das economias actuais e os desafios à sua governação

As economias desenvolvidas enfrentam, portanto, contradições enormes entre as exigências da nova economia – grande flexibilidade, mobilidade e aquisição de competências ao longo da vida – e a sobrevivência da família enquanto instituição essencial, não só para assegurar a coesão social, mas também para assegurar uma adequada reprodução da força de trabalho, com investimento reforçado na educação e desenvolvimento de competências cognitivas e relacionais complexas, essenciais ao sucesso competitivo destas economias.

Num tempo em que a insegurança resultante da precaridade e instabilidade no mercado de trabalho ameaça os indivíduos, a família, reduto essencial de protecção contra os riscos sociais, revela-se também em processo de intensa transformação. É, assim, o capital social que se encontra ameaçado e, com ele, a consistência social básica do mundo desenvolvido.

Aumento da idade média do primeiro casamento e do primeiro filho, redução das taxas de fecundidade, aumento do número de divórcios, aumento das taxas de co-habitação em detrimento do casamento, aumento do número de crianças nascidas fora do casamento, maternidade/paternidade solitária são sintomas de profunda transformação no modo como as sociedades ocidentais encaram a família e os filhos. E, apesar das modulações nacionais de natureza qualitativa e quantitativa, estas são tendências claramente instaladas em todos os países desenvolvidos.

Traduzindo profundas transformações nos valores morais e culturais segundo os quais vivemos, estas transformações na instituição família representam também, e sobretudo, um enorme desafio à governação das sociedades, porque, se equacionadas em conjunto com as tendências pesadas do mercado de trabalho, elas ameaçam seriamente o crescimento económico futuro e a coesão social ao porem em causa, por um lado, a substituição das gerações e, por outro, os níveis de capital humano e social requeridos pela economia do conhecimento.¹

Não admira pois que, sobretudo nos anos 90, a investigação nas Ciências Sociais tenha vindo a pôr grande ênfase nesta problemática, seja no contexto da discussão sobre os regimes de Estado-Providência (e.g. Esping-Andersen), da discussão sobre a sustentabilidade

¹ *Vide*, a propósito, Anónimo (1998), Entrevista a Nancy Folbre.

da nova economia (e.g. Carnoy), das novas problemáticas do mercado de trabalho (e.g. Appelbaum) ou no contexto da economia feminista (e.g. Folbre).

No quadro da análise dos regimes de capitalismo providência, Esping-Andersen aborda a crise actual do Estado-Providência como sendo essencialmente diferente de crises anteriores: enquanto no passado elas foram invariavelmente endógenas ao próprio Estado-Providência, a presente crise seria o resultado de choques externos que põem em causa a sua viabilidade futura, como os que se associam à nova economia global, ao envelhecimento populacional e à instabilidade da família (Esping-Andersen, 1999: 3). Criticando a ênfase excessiva que a discussão tem posto no Estado enquanto protagonista da crise, Esping-Andersen afirma: “the real crisis, if there is any, lies in the *interaction* between the composite parts that, in unison, form contemporary welfare ‘regimes’: labour markets, the family, and, as a third partner, the welfare *state*. We should not forget that the sum-total of societal welfare derives from how inputs from these three institutions are combined” (Esping-Andersen, 1999: 4). Seguindo esta linha de raciocínio, Esping-Andersen atribui a crise aos problemas de funcionamento do mercado de trabalho e da família, pondo particular ênfase na potente força microscópica em actuação, a saber, a família e, em particular, as decisões económicas das mulheres (Esping-Andersen, 1999: 5). Assim sendo, o autor avança a sua hipótese-chave: “household economy is alpha and omega to any resolution of the main postindustrial dilemmas, perhaps the single most important ‘social foundation’ of postindustrial economies” (Esping-Andersen, 1999: 6). Daí a conclusão de que “o maior desafio que hoje enfrentamos consiste em repensar a política social de maneira que os mercados de trabalho e as famílias se transformem, de novo, em factores de optimização da protecção social, garantindo que os trabalhadores adultos de amanhã serão tão produtivos e ricos em recursos quanto possível” (Esping-Andersen, 2000: 81).

Seguindo uma linha de raciocínio muito próxima, embora motivado principalmente pela questão da sustentabilidade da Nova Economia, Carnoy define o dilema fundamental em presença do seguinte modo:

Today’s workplace demands well-informed, highly organized, stable families that can support all their members as they try to operate in a flexible work environment. But the new work environment is marked by greater job instability, causing family members to change their work situations more often, and new jobs may well entail having to acquire new skills, hence more education. (...) Thus, family involvement in children’s education is both more important and more complicated than in the past. (1999: 412)

Tendo em conta que o mercado de trabalho incorpora cada vez mais mulheres casadas e pede aos trabalhadores cada vez mais flexibilidade e dedicação ao trabalho, o autor considera que “labour productivity and political stability will be conditioned by the manner in which private and family structures and government support for families adjust” (1999: 412).

As condições actuais de vida e trabalho dos adultos fazem com que a criação dos filhos seja relegada para segundo plano nas suas vidas e, como são as famílias com menores níveis de rendimentos e educação que têm maiores níveis de fecundidade, isso significa que a maior parte das crianças de hoje está a crescer em famílias que não as podem preparar adequadamente para as crescentes necessidades educativas que o sucesso no mercado de trabalho requer. Este raciocínio leva Carnoy a sintetizar o problema fundamental e a apontar a via para a sua solução do seguinte modo:

Obviously, the capacity of an economic system to innovate and organize the production of goods and services is crucial in a competitive global system. But social cohesion is also crucial, and the family – the main institution for ensuring social cohesion – needs help in an age of flexible production and changed gender roles. The capacity and willingness of a society to provide this help, especially through support for learning and learning networks for families with a low capacity to provide them privately, will be major elements in sustaining innovation and work systems over the long haul. (1999: 420)

Já Folbre é levada a concluir pela necessidade de um novo contrato social tomando como ponto de partida a ideia de que a emancipação económica e social das mulheres só pode aprofundar-se, sem consequências nefastas para o sistema socio-económico, se as sociedades desenvolvidas revalorizarem a prestação do trabalho de cuidado às pessoas (*care work*), ao mesmo tempo que se criarem mecanismos para aliviar as pressões sobre a vida familiar que resultam do mundo do trabalho. Esta linha de preocupações parece-nos bem caracterizada em passagens como as seguintes:

Sometimes it seems that the only alternative to a world without patriarchy is a world without any care at all. (...) We need to remind ourselves that there are alternatives (...) We can forge a new social contract that shares responsibilities for care between men and women. (...) But we will also have to address the basic dynamics of global capitalism. (Badgett e Folbre, 1999: 323)

Vários autores têm vindo a sublinhar o facto de os filhos se terem tornado fundamentalmente um “investimento emocional” (Giddens, 1999), com custos económicos muito elevados, contrariamente ao que significaram durante muito tempo, nomeadamente nas sociedades pré-industriais ou de transição industrial, onde os filhos contribuían desde muito novos para o trabalho e o rendimento da família.

Criar um filho significa não só um investimento em dinheiro mas, também, em tempo e em afecto. Ora, as transformações ocorridas nas últimas décadas no nível médio de educação das mulheres, na sua maior acessibilidade ao mercado de trabalho, na possibilidade de uso de contraceptivos mais eficazes (Goldin e Katz, 2002) e o aumento da probabilidade de virem a enfrentar uma situação de *sole breadwinner*, entre outros factores, contribuíram para aumentar os custos de oportunidade dos filhos para as mulheres, conduzindo a decréscimos na fecundidade.

Por outro lado, os custos de criar filhos têm vindo a aumentar à medida que a escolaridade obrigatória aumenta, a par com a idade mínima legal para trabalhar.²

Os riscos que daqui decorrem são muito sexualmente assimétricos dadas as leis de custódia dos filhos, o seu fraco cumprimento (em alguns países) e o aumento generalizado de famílias sustentadas apenas pela mãe (Folbre, 1994), a par com uma situação das mulheres no mercado de trabalho caracterizada por uma segmentação penalizadora em termos de remunerações e de acesso às carreiras.

E, numa perspectiva de interesse colectivo futuro, importa considerar que a aquisição de competências não cognitivas é condição de aquisição de competências cognitivas essenciais para o sucesso numa economia baseada no conhecimento. Significa isto que a qualidade do cuidado recebido pelas crianças e adolescentes pode ser profundamente determinante da sua produtividade futura.³ Acontece que a família actual está, em geral, mas sobretudo no que respeita às famílias mono-parentais e/ou de extractos sociais mais desfavorecidos, particularmente mal apetrechada para prover o tempo e o cuidado adequados ao investimento necessário para alimentar o mercado de trabalho com a qualidade dos recursos humanos requeridos pelas exigências do novo modelo produtivo em afirmação.

Folbre é, assim, conduzida a defender as “crianças enquanto bens públicos” e, conseqüentemente, a maternidade/paternidade enquanto um serviço público com crescente importância. O argumento centra-se no facto de que “Those who benefit from children’s future income do so partly at the expense of present-day parents” (Folbre 1994: 87). As despesas que as sociedades fazem com as suas crianças devem, pois, ser encaradas como despesas de investimento que alimentam o *stock* de capital humano e social dos quais

² Situação que se agrava ainda mais em países onde a inserção dos jovens no mercado de trabalho é difícil e pouco compensada pela segurança social como é o Sul da Europa.

³ Em Anónimo (1998) Folbre refere-se a este aspecto da questão. Ver também a discussão feita por Leibowitz (2003).

depende o sucesso competitivo e, portanto, o bem-estar futuro das nossas sociedades. Os adultos que recusam ou se demitem de cuidar das crianças estão, assim, a agir como *free-riders* no sentido em que virão a usufruir dos investimentos em dinheiro, tempo e trabalho dos pais de hoje.

Não sendo o cuidado das pessoas uma mercadoria como qualquer outra, Folbre encara a sua mercantilização (*commodification*) como um facto incontornável da evolução actual das nossas economias e um elemento decisivo da renegociação necessária do contrato social em vigor, a qual apela intensamente à inovação na investigação e na acção sobre o modo como o mercado, na sua interacção com as outras instituições (indivíduos, famílias, empresas e governo), pode vir a assegurar níveis razoáveis de cuidado, não apenas em quantidade mas, muito especial (e criticamente), com a qualidade adequada.

Confrontamo-nos assim com uma problemática decisiva para o futuro das nossas sociedades, dos seus adquiridos civilizacionais e da sua prosperidade, em torno da qual claramente existem divergências profundas de interesse entre o público e o privado mas, também, entre grupos sociais diferenciados (homens e mulheres, idosos e jovens, empregadores e trabalhadores, extractos sociais com menores recursos e extractos mais abonados, adultos com filhos e adultos sem filhos, imigrantes e populações autóctones...).

Tal como todos estes autores concluem, é no cerne do coração da política (social e económica) que nos situamos, aparecendo o Estado claramente como a única instituição capaz de gerir os conflitos de interesses e os meios materiais requeridos para implementar o novo contrato social que deverá vir a conformar a sustentabilidade do desenvolvimento económico com a defesa da coesão social.

4. Que contornos para um novo contrato social?

Não se afigurando viável o retorno das mulheres à situação de dependência económica do passado e conseqüente coarctação da sua cidadania,⁴ impõe-se assumir a redefinição do contrato social nas economias desenvolvidas.

Esping-Andersen propõe uma nova configuração para o Estado-Providência que, seguindo a tradição europeia, conjugue a salvaguarda da equidade e protecção aos mais

⁴ Vide a propósito desta temática o trabalho de O'Connor (1996).

desfavorecidos com a defesa da eficiência. Para tal dever-se-iam assumir as seguintes prioridades (Esping-Andersen, 2000: 111):

- maximizar a capacidade das mães para harmonizarem emprego e filhos;
- encorajar os trabalhadores mais velhos a adiar a reforma;
- socializar os custos associados aos filhos, definindo como prioritários sobretudo os investimentos nas crianças e jovens;
- redefinir o equilíbrio entre trabalho e lazer ao longo do ciclo de vida;
- redefinir os conceitos de ‘igualdade’ e direitos sociais básicos, entendendo-os em primeiro lugar como uma questão de garantia de oportunidades de vida.

Esping-Andersen parte para estas propostas assumindo que as economias pós-industriais são inevitavelmente geradoras de desigualdade social acrescida, o que, na sua opinião, não deve ser encarado como um mal em si mesmo desde que o conceito de justiça e igualdade a adoptar seja dinâmico – garantindo oportunidades ao longo da vida – e não a habitual versão estática – que privilegia a protecção social para todos ‘aqui e agora’. Nesta perspectiva, o segmento do mercado de trabalho de gama baixa (com precaridade, baixas remunerações) não tem que ser encarado como indesejável porque pode constituir a ponte para o trabalho ou um complemento ao rendimento para jovens, imigrantes, trabalhadores pouco qualificados ou mulheres que regressam ao mercado de trabalho após uma interrupção para cuidar dos filhos, por exemplo. O que terá que garantir-se é que esta situação corresponda a uma fase transitória no percurso de vida das pessoas, impedindo que se transforme numa armadilha que as condene a si e suas famílias à pobreza e exclusão social para a vida.⁵ Para tal são necessárias políticas activas no mercado de trabalho que garantam a requalificação destes trabalhadores ao mesmo tempo que lhes é garantida alguma forma de manutenção de rendimento (subsídios à formação ou ao emprego, crédito ou prestações familiares).

⁵ Esping-Andersen ilustra expressivamente a sua ideia sobre este mercado de trabalho recorrendo à metáfora shumpeteriana do autocarro que está sempre cheio mas sempre com pessoas diferentes ao longo do seu percurso.

Face à crise financeira patente do Estado-Providência, a maior participação feminina no mercado de trabalho é vista como muito desejável, ao mesmo tempo que se defende o prolongamento do período de vida activo, tendo em conta a melhoria sustentada da esperança de vida.

A maior participação feminina tem ainda a vantagem de ser geradora de emprego nos serviços substitutos de bens antes produzidos na esfera doméstica, incluindo o trabalho de cuidado às pessoas. Além disso, reconhece-se hoje que o emprego das mães é a melhor defesa contra a pobreza infantil. Contudo, esta possibilidade só é viável na medida em que esteja garantida a prestação de serviços às mães trabalhadoras. A ênfase da política social deveria pois passar a ser esta, em detrimento da garantia de rendimentos, que fazia sentido no quadro de estabilidade da família tradicional do passado mas deixou de fazer nas condições actuais.

A reforma que é proposta para as políticas sociais só será, no entanto, exequível se for re-equacionada a actual distribuição do rendimento, fortemente favorecedora dos idosos em detrimento dos jovens e crianças (Folbre, 1994; Esping-Andersen, 2000). Recorrendo a dados da OCDE (1998) que mostram que a riqueza das famílias médias com 65 anos, em alguns países, é 4 a 5 vezes superior ao respectivo fluxo de rendimento anual, o autor salienta o facto de que os reformados de hoje são os principais beneficiários da Idade de Ouro do Capitalismo e de um regime de segurança social que lhes veio garantindo recursos e direitos acrescidos até recentemente (Esping-Andersen, 2000: 92). Esta situação, que não se repetirá para os trabalhadores actuais e futuros, constitui uma ameaça ao investimento social nas crianças e jovens, prioridade irrecusável no quadro actual das sociedades desenvolvidas. Esping-Andersen defende, tal como Folbre, a necessidade de reclassificar muitas das despesas com as crianças e os jovens como investimento (social), contrariamente ao que acontece nos actuais sistemas de contabilidade nacional em que são consideradas inteiramente como consumo.

O mesmo autor propõe também uma alteração profunda no modo como as sociedades hoje encaram a distribuição entre trabalho e lazer ao longo da vida, defendendo que o objectivo de optimização dinâmica de oportunidades de vida exige que as carreiras profissionais possam ser interrompidas sem penalizações, de modo a permitir aos trabalhadores interpolarem educação/formação com trabalho, compatibilizarem as primeiras fases da vida dos filhos com a sua vida profissional ou, simplesmente, anteciparem o lazer que hoje, inevitavelmente, só pode ser usufruído no final da vida, aquando da reforma.

Considerando estas propostas de reforma no quadro dos seus “Três Mundos de Capitalismo Providência”⁶ (o regime liberal anglo-saxónico, o regime social-democrata nórdico e o regime conservador-corporativista da Europa continental, este particularmente familiarista nos países do sul), Esping-Andersen ajuíza, aliás em sintonia com os outros autores referidos, que, apesar das necessidades de reforma, os países nórdicos são aqueles cujo regime actual mais se aproxima do requerido a um novo equilíbrio entre bem-estar e eficiência.

O quadro de propostas de Esping-Andersen é, pela sua amplitude e abrangência, agregador da maioria das propostas dos outros autores considerados, excepto num aspecto muito importante para a leitura feminista do contrato social a estabelecer: a questão do estatuto social e económico do *care work*.

Carnoy, por seu lado, enfatiza as necessidades acrescidas de aquisição de conhecimentos da nova economia, defendendo a importância decisiva de fortalecer a capacidade das famílias para investirem na aprendizagem para todos os seus membros, sem pôr em causa a sobrevivência da própria família enquanto peça básica da coesão social. A reinvenção da escola e o investimento reforçado na educação ao longo de toda a vida (desde os primeiros anos até todo o percurso activo na idade adulta) é considerado decisivo para o sucesso das economias pós-industriais. Carnoy encara as escolas do futuro como “centros comunitários de conhecimento” onde deverá haver lugar para a frequência de todas as idades e que, provavelmente, terão que garantir funcionamento contínuo ao longo de todo o ano e desde a madrugada até tarde na noite (Carnoy, 1999: 419).

⁶ Título da obra do autor, publicada em 1990, *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Os regimes de tipo liberal reflectem opções políticas de minimização do papel do estado, individualização dos riscos sociais e de promoção do mercado. Logo, o grosso da protecção social está associada às contribuições sociais do trabalhador e não à cidadania. O regime social-democrata caracteriza-se pelo universalismo da providência, cobertura abrangente dos riscos sociais, elevada protecção social baseada na cidadania, portanto, centralidade do estado; os regimes conservadores-corporativistas distinguem-se fundamentalmente pela segmentação e familiarismo. Assim os trabalhadores de certos sectores (como, por exemplo, o Estado) usufruem de uma cobertura social privilegiada, o mercado desempenha um papel marginal, e a família é central na protecção dos riscos sociais. Por isso, a política de mercado de trabalho baseia-se no modelo do “pai de família” e é muito pouco amigável para as mulheres e todos os novos candidatos a emprego, em geral.

5. O ‘care work’ no centro do problema

Appelbaum (2001), Folbre e Nelson (2000) e Badgett e Folbre (1999) salientam a centralidade da revalorização do trabalho de cuidado das pessoas (*care work*) no novo contrato social, até por considerarem que este é um aspecto crítico da realidade estado-unidense no que respeita à insegurança e vulnerabilidade que as famílias enfrentam.

O facto de o trabalho de cuidado às pessoas fora do contexto familiar ser actualmente assegurado por trabalhadores (maioritariamente mulheres) sem formação especializada e com baixas remunerações associa-se a elevadas taxas de *turnover*, conduzindo a deficiências graves de qualidade e continuidade do cuidado aos membros mais frágeis da sociedade e sendo, por isso, um foco de risco social e de tensão para as famílias.

Como este tipo de trabalho é esmagadoramente desempenhado por mulheres, a questão é vista como fundamental em matéria de discriminação sexual e de obstáculo à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Ainda assim, contudo, as famílias vêem uma parcela substancial do seu rendimento dirigida ao pagamento deste tipo de serviços sempre que deles necessitam. As consequências são inevitáveis: por um lado, a tendência crescente para baixas taxas de natalidade; por outro, cuidado inadequado para amplas franjas da população infantil, idosa ou com deficiência.

A transformação profunda no modo como as nossas sociedades encaram o trabalho de cuidado às pessoas aparece, pois, como um elemento decisivo de transformação do contrato social a caminho de um “modelo de trabalho partilhado e cuidado revalorizado” (Appelbaum, 2001: 16), que implica, na prática, a adopção de fórmulas flexíveis de prestação de trabalho remunerado que permitam às famílias compatibilizar emprego com prestação de cuidado aos dependentes e partilhar responsabilidades neste domínio no seio da família. Mas para que tal possa acontecer é, também, necessária uma rede de prestação de cuidados eficaz e qualificada e a subsidiação dos custos do cuidado a prestar, isto é, uma melhor repartição colectiva dos encargos com o trabalho de cuidado de que a sociedade necessita.

A revalorização do trabalho de cuidado é, pois, vista como indissociável de uma partilha mais equitativa do trabalho, quer no seio da família, quer para o conjunto da sociedade.

Ora é aqui que as propostas são dificilmente compatíveis com as de Esping-Andersen. Embora partindo da comunhão de raciocínio no que respeita à desajustabilidade do aumento das taxas de participação feminina no mercado de trabalho, à existência de redes de cuidados às pessoas (e, em particular às crianças) como pré-condição para que tal aconteça, as propostas apresentadas diferem substancialmente no que respeita ao estatuto social e económico a atribuir ao *care work* “não qualificado”.⁷

Appelbaum e Folbre tratam-no como “provavelmente o mais importante trabalho que desempenhamos” (Folbre 1994: 89) considerando-o, portanto, merecedor de uma re-avaliação remuneratória até porque, sendo fundamentalmente desempenhado por mulheres (e sendo em grande medida desvalorizado por isso mesmo) está em causa, também, uma manifestação de discriminação sexual. A solução passa por uma repartição mais equitativa do trabalho não remunerado entre homens e mulheres no seio da família (encarada como desejável e possível) e pela sua revalorização social e económica.

Esping-Andersen, por seu lado, vê o problema do seguinte modo: é um dado adquirido (confirmado pelas estatísticas sobre ocupação do tempo no seio da família) que os homens não estão dispostos a uma maior partilha das tarefas domésticas (Esping-Andersen, 2000: 115), pelo que a solução para o problema tem que vir de fora do âmbito familiar, ou seja, do mercado ou do Estado. Caso venha do mercado (o exemplo mais acabado actualmente são os Estados Unidos) significa baixas remunerações e elevada precaridade; caso venha do Estado significará uma carga tributária muito elevada e um grande peso do trabalho não qualificado na estrutura de emprego da economia em causa e baixas remunerações, ainda que num quadro de polarização salarial muito inferior (o caso nórdico). Mesmo neste caso, contudo, haverá sempre uma gama baixa de serviços pessoais e sociais que não serão disponibilizados; o exemplo dado é o das lavandarias: enquanto que os americanos dão a sua roupa a lavar e passar fora, os europeus fazem-no em casa porque o preço deste serviço é demasiado elevado para ser adquirido no mercado, uma vez que se trata de uma tarefa muito intensiva em trabalho não-qualificado e os salários europeus tornam inabastante o seu preço para as famílias. Resultado: os europeus estão a impedir a criação de muitos empregos mal remunerados a troco de maior igualdade salarial, os americanos fazem a opção inversa.

⁷ Excluem-se, assim, profissões como os médicos, professores, enfermeiros, etc..

Ou seja, as sociedades pós-industriais enfrentam um *trade-off* entre igualdade (salarial) e emprego. A proposta de Esping-Andersen já acima referida é: há que aceitar maior desigualdade salarial para que haja emprego para todos e desde que sejam asseguradas perspectivas dinâmicas de vida para as “vítimas”, em grande medida constituídas por jovens em primeiro emprego, mulheres e, principalmente no caso americano, imigrantes.

A razão pela qual Esping-Andersen defende a aceitação da maior desigualdade salarial como condição para o pleno emprego assenta num raciocínio económico básico: este tipo de serviços (seja ele a guarda de crianças, o apoio domiciliário a idosos ou cortar a relva do jardim) não requer qualificações específicas e não apresenta ganhos significativos de produtividade (a não ser à custa de perdas na qualidade) pelo que o seu preço relativo (e, portanto os salários dos trabalhadores respectivos) não pode aumentar sob pena de se tornar economicamente insustentável. Na sua leitura é este ‘*cost-disease problem*’ que faz com que as mães europeias continentais fiquem em casa. Mas, deste modo, gera-se uma espiral viciosa em matéria de emprego: se as mulheres ficam em casa, as famílias não necessitam de serviços pessoais e sociais, logo, há maior desemprego na economia.

Além de que a solução é sub-ótima em termos de eficiência económica: são assim afastadas do mercado de trabalho mulheres com níveis de educação e qualificações elevadas, isto é, trabalhadores que constituem um recurso escasso nas economias pós-industriais. A Alemanha e os países do sul da Europa seriam os exemplos mais evidentes.⁸

O raciocínio seguido é, pois, simples e economicamente fundamentado: face ao custo de oportunidade dos serviços pouco qualificados (onde se incluem muitas tarefas que tipicamente constituem *care work*) as sociedades desenvolvidas têm que escolher entre aceitar o aumento substancial da desigualdade remuneratória ou aceitar altas taxas de desemprego dos jovens, das mulheres, dos emigrantes, enfim, dos trabalhadores menos qualificados ou dos que pretendem ingressar no mercado de trabalho.

O regime de Estado-Providência social democrata, característico dos países nórdicos, tem esta questão parcialmente resolvida, uma vez que o Estado assegura uma parte substancial destes serviços (embora os nórdicos também lavem a roupa em casa!) mas à custa de níveis de tributação que é difícil prever que os outros cidadãos do mundo desenvolvido estejam dispostos a suportar!

⁸ Obviamente não é o caso português, mas Esping-Andersen parece não o conhecer ou, pelo menos, não lhe atribui significado. De facto, no nosso caso, a grande polarização salarial (a maior dos UE-15) pode bem ser a explicação para as baixas taxas de desemprego, na linha do raciocínio do autor.

Os autores com preocupações feministas encaram a reforma necessária do contrato social como um processo mais profundo, no sentido em que questionam o sistema de valores e normas que determina a repartição social do trabalho não remunerado e o valor que lhe é atribuído. Enfatizam-se assim as determinantes a montante das instituições da sociedade actual, sublinhando que o que está em causa é o contrato implícito subjacente ao funcionamento da instituição familiar, das relações entre homens e mulheres e, portanto, entre o valor do trabalho remunerado e o do trabalho não remunerado. Ou seja, estes autores desafiam aquilo que a Ciência Económica toma habitualmente como “o sistema de preferências exogenamente determinado”,⁹ argumentando que este sistema de preferências é um resultado específico de uma luta de interesses entre diferentes grupos sociais num momento histórico determinado, isto é, corresponde a um certo balanço de poder.

A revalorização social do trabalho de cuidado às pessoas supõe, portanto, a alteração dos valores e normas sociais determinantes das leis e instituições que impedem este processo, agindo mesmo, por vezes, em sentido inverso: Appelbaum salienta o facto de nalgumas sociedades (como os EUA) ser hoje muito menos socialmente aceite a opção de uma mãe de família que fica em casa a tempo inteiro (é “apenas” dona de casa, logo “não trabalha”) do que foi no tempo em que o trabalho não remunerado das mulheres era visto como “motivo de orgulho e uma contribuição efectiva e positiva para o padrão de vida da família” (Appelbaum, 2001: 11). Ou seja: vivemos hoje regulados por um sistema de valores e normas sociais contraditório e conflituante em si mesmo.

O papel do Estado é visto como fundamental neste contexto, mas Appelbaum salienta também o papel decisivo que os sindicatos podem ter na negociação das condições de trabalho mais conformes com uma sociedade de “trabalho partilhado e cuidado revalorizado”, em particular no que se refere às iniciativas no domínio dos horários e tempos de prestação de trabalho que têm vindo a ser adoptadas em muitos países europeus (estatuto do trabalho em *part-time* e do trabalho temporário, flexibilização dos tempos de prestação de trabalho passando de uma base diária para uma base semanal, mensal ou anual, possibilidade de praticar horários de trabalho reduzidos em certas fases da vida familiar sem perda de direitos sociais, licenças de maternidade e paternidade pagas, etc.).

⁹ E, portanto, um dado do problema, ilustrado pela aceitação conformada de Esping-Andersen de que os homens não estão dispostos a partilhar mais equitativamente o trabalho não remunerado no seio da família, mesmo quando as suas mulheres têm uma actividade remunerada.

6. O contrato social requerido: um passo de gigante?

As sociedades desenvolvidas enfrentam hoje desafios de grande envergadura, implicando o redesenho do contrato social no sentido de um novo equilíbrio entre a promoção da eficiência, condição de prosperidade, e a defesa da equidade, condição de coesão social.

Algumas das instituições decisivas do período anterior – a família e o mercado de trabalho – sofreram transformações muito fortes no seu modo de funcionamento que vieram perturbar os equilíbrios vigentes. Há-de ser da interacção socialmente criativa e da negociação entre os diferentes actores sociais – famílias, sindicatos e associações patronais, Estado – que resultará um processo de aproximação a novos equilíbrios.

A Europa (em particular a União Europeia) tem neste domínio uma responsabilidade e um papel acrescidos. Basta lembrar os objectivos para 2010, assumidos no Conselho Europeu de Lisboa: “fazer da União a economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de um crescimento económico durável acompanhado por uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de uma maior coesão social”.

Os sinais de aproximação ao novo modelo existem e não devem ser desvalorizados: um pouco por todo o mundo desenvolvido têm vindo a surgir iniciativas e práticas inovadoras nas relações de trabalho e nas legislações sociais e laborais que o manifestam.¹⁰

As sociedades escandinavas são, em geral, apontadas como os exemplos de maior sucesso neste domínio, provando que é possível conciliar níveis elevados de equidade com uma dinâmica de eficiência. A Suécia, em particular, aparece sistematicamente referida, por se tratar dum país em que os níveis de desemprego são reduzidos, apesar da mais elevada taxa de participação feminina do mundo e da reduzida polarização salarial verificada, ao mesmo tempo que assegura um crescimento económico assinalável, mesmo no quadro recessivo que actualmente atravessamos.

A realidade sueca é o resultado de um percurso de décadas para um regime de Estado-Providência do tipo ‘social democrata’ (na classificação de Esping-Andersen), caracterizado, nomeadamente, pela universalidade de direitos sociais centrados no indivíduo (e não na família), donde resultam práticas legislativas e dinâmicas sociais muito amigáveis

¹⁰ A este propósito vale a pena consultar a recolha de ‘boas práticas’ feita por Apellbaum *et al.* (2001), em 6 países: Japão, Austrália, Suécia, Alemanha, Holanda e Itália.

para as mulheres e para as crianças. Nomeadamente, a Suécia assegura a todas as crianças uma rede de centros de dia, públicos ou subsidiados.

Neste quadro, foram também adoptadas políticas ‘produtivistas do mercado de trabalho’ ou seja, políticas que, apostando na eficiência (e, nessa medida, não sustentando artificialmente empresas não competitivas), garantem aos trabalhadores oportunidades de reconversão e reciclagem de competências que têm assegurado baixas taxas de desemprego, apesar do recurso a reformas antecipadas ser muito menor do que outros países da Europa.

E, importa lembrar, os países nórdicos estão claramente posicionados na vanguarda da Nova Economia, como o atestam os seus indicadores de produtividade, I&D e capital humano. Ao mesmo tempo, a fecundidade mantém-se acima da maioria dos outros países europeus.¹¹

Surpreendentemente, isto acontece num quadro de contenção orçamental a todos os títulos invejável para outros países europeus e, mesmo, para os EUA. No entanto, o preço deste sistema são as maiores taxas de tributação do mundo!

Mas ‘o mundo escandinavo’ manifesta um certo regime social determinado, construído ao longo de décadas de consensualização de valores e normas sociais que conduziram a um padrão institucional específico e a níveis elevados de confiança entre governados e governantes.

A experiência nórdica não é, pois, reproduzível (pelo menos a curto prazo) noutros países com diferentes regimes de Estado-Providência, sociedades muito mais socialmente heterogéneas e conflituais ou padrões de valores claramente diferenciados. Mas ela tem o enorme mérito de demonstrar que a defesa da aproximação a modelos sociais do tipo “trabalho partilhado, cuidado revalorizado” não é uma mera utopia defendida por intelectuais lunáticos e mulheres sonhadoras.

A grande dificuldade que hoje se coloca no restante mundo desenvolvido é a formação de consensos sociais alargados, não só sobre os objectivos a atingir mas, também, sobre o processo de mudança a adoptar. A este propósito, importa não esquecer que está em causa uma reconfiguração profunda do equilíbrio de interesses entre diferentes grupos

¹¹ Os menores números de filhos por mulher registam-se actualmente nos países do sul da Europa (Espanha: 1,24; Itália: 1,23; Grécia: 1,29) e na Alemanha (1,36). Nos países nórdicos, a Noruega apresenta um valor de 1,85, a Dinamarca 1,77 e a Suécia 1,54.

sociais: idosos e crianças, homens e mulheres, pais e pessoas sem filhos, trabalhadores e empregadores ...

Ora, os obstáculos são de várias ordens e naturezas. Destacamos alguns:

- a ‘vitória’ do mercado *versus* Estado;
- as vicissitudes da democracia e a crise de confiança entre eleitores e eleitos;
- os imperativos da gestão do curto prazo.

A evidência histórica recente do sucesso económico das sociedades não estatizadas e as consequências sociais perversas e penosas do fim do socialismo de Estado, a par com os sintomas de falência financeira do Estado-Providência, criaram a convicção generalizada – e amplamente difundida nas opiniões públicas ocidentais – de que a crise que vivemos é, antes de mais, atribuível ao Estado, fazendo ressurgir em força as ideias liberais e a fé quase cega nas virtualidades do mercado. Este clima de suspeição generalizada sobre o (insubstituível) papel do Estado nas nossas sociedades constitui um obstáculo de peso à percepção adequada das opiniões públicas e das classes dirigentes do que são hoje os problemas políticos de fundo que as sociedades desenvolvidas enfrentam, atirando para trás de uma cortina de fumo as perturbações causadas ao sistema pelas transformações do mercado de trabalho e da instituição familiar e adiando a confrontação com a evidência de que o que está em causa é, não propriamente a redução do Estado, mas a profunda reconfiguração do seu papel, uma vez que só ele dispõe dos meios para gerir e financiar o processo de mudança requerido.

Esta tendência perversa acaba por traduzir-se num reforço das convicções dos grupos de interesse afectados por tentativas de reforma na distribuição do rendimento, mesmo quando elas podem servir as mudanças desejáveis: veja-se, por exemplo, a força da resistência dos trabalhadores europeus sempre que os Estados procuram reduzir os direitos e os recursos associados às pensões de reforma.

A reconfiguração de normas e instituições que enfrentamos é, pela sua natureza e alcance, só exequível num horizonte temporal alargado, requerendo uma base de consenso social ampla e devendo ser construída de forma gradativa, mas sustentada, sob pena de gerar tensões políticas insuportáveis. A lógica de funcionamento e os sistemas de representatividade das nossas democracias são dificilmente conciliáveis com aqueles requisitos para a mudança. A título de exemplo, basta referir o ritmo eleitoral de 4 ou 5 anos

e as concessões a que os partidos são, muitas vezes, obrigados para atingirem o poder, ou o facto de alguns dos principais interessados no processo de reforma não terem expressão eleitoral: uma família com cinco filhos vale eleitoralmente tanto como uma outra sem filhos.

Um pouco por todo o lado, mas muito especialmente na Europa, a gestão da conjuntura obedece hoje, antes de mais, a imperativos de contenção da despesa pública que, ainda assim, há que procurar conciliar com a manutenção do crescimento económico e a defesa do emprego. A exigência deste tipo de objectivos de curto prazo é de tal calibre que dificilmente sobra o espaço necessário para ponderar alternativas de política, sendo frequente a adopção de soluções atabalhoadas e em nada consistentes com o sentido desejável das reformas, nomeadamente no domínio das políticas sociais.

Bibliografia

Anónimo (1998), “The Neglect of Care-Giving: Interview With Nancy Folbre”, *Challenge*, 41(5).

Appelbaum, E. (2001), “Transformation of Work and Employment and the New Insecurities”, comunicação apresentada no congresso “The Future of Work, Employment and Social Insecurities”. Disponível em <http://www.ilo.org/public/english/bureau/inst/>. Acesso em 10 de Setembro de 2003.

Appelbaum, E.; Bailey, T.; Berg, P.; Kalleberg, A. (2002), “Shared Work Valued Care. New Norms for Organizing Market Work and Unpaid Care Work”. Disponível em www.epinet.org. Acesso em 10 de Setembro de 2003.

Appelbaum, E.; Bailey, T.; Berg, P.; Kalleberg, A. (2003), “Organizations and the Intersection of Work and Family: A Comparative Perspective”, Disponível em www.rci.rutgers.edu/~cww/mainPages. Acesso em 10 de Setembro de 2003.

Badgett, M.V.L.; Folbre, N. (1999), “Assigning Care: Gender Norms and Economic Outcomes”, *International Labour Review*, 138(3), 311-326.

Carnoy, M. (1999), “The Family, Flexible Work and Social Cohesion at Risk”, *International Labour Review*, 138(4), 411-420.

England, P.; Folbre, N. (1999), “Who Should Pay for the Kids?”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 563, 194-207.

Esping-Andersen, G. (1999), *Social Foundations of Postindustrial Economies*. Oxford: Oxford University Press.

Esping-Andersen, G. (2000), “Um estado-providência para o século XXI. Sociedades em envelhecimento, economias baseadas no conhecimento e sustentabilidade dos Estados-providência europeus”, in Rodrigues, M.J. (coord.), *Para uma Europa da inovação e do conhecimento*. Presidência Portuguesa da União Europeia. Oeiras: Celta, 79-125.

Folbre, N. (1994), “Children as Public Goods”, *American Economic Review*, 84(2), 86-90.

Folbre, N.; Nelson, J. (2000), “For Love or Money – or Both?”, *Journal of Economic Perspectives*, 14(4), 123-140.

Giddens, A. (1999), “Runaway World: The Reith Lectures Revisited. Lecture 4”. Disponível em http://www.lse.ac.uk/Giddens/reith_99/. Acesso em 30 de Junho de 2003.

Goldin, C.; Katz, L.F. (2002), “The Power of the Pill: Oral Contraceptives and Women's Career and Marriage Decisions”, *Journal of Political Economy*, 110(4), 730-770.

Leibowitz, A. A. (2003), “In-Home Training and the Production of Children's Human Capital”, *Review of Economics of the Household*, 1, 305-317.

O'Connor, J. S. (1996), “Caring Work: A Gendered Activity”, *Current Sociology*, 44(2), 13-29.